

TRANSIÇÃO Gastos públicos

PEC da Transição permite cerca de R\$ 200 bi em despesas fora do teto

Proposta possibilita ampliação das despesas se houver aumento nas receitas e tira Auxílio do teto; antes da entrega, Bolsa fechou em queda de 2,58% e dólar foi a R\$ 5,38

ANDRÉ BORGES
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

Texto preliminar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição apresentado ontem ao Congresso prevê a retirada do Auxílio Brasil do teto de gastos por tempo indeterminado e permite que o governo gaste em 2023 cerca de R\$ 200 bilhões acima do limite previsto para as despe-

que as universidades usem receitas próprias como convênios e doações de forma livre, sem a amarra do teto que limita as despesas do governo à variação da inflação.

'MINUTA'. Castro, que recebeu o documento, afirmou que o texto levado ao Senado não é a PEC propriamente dita, mas uma "minuta" que será, agora, debatida e formulada pelo Congresso. "A equipe de transição nos trouxe sugestões. Es-

Outras despesas

R\$ 105 bi é o espaço que a PEC, caso aprovada, poderia abrir no Orçamento de 2023 para outras despesas, considerando que esse é o valor previsto para o Auxílio Brasil e seria realocado para outras áreas, como Farmácia Popular e salário mínimo

sa PEC será feita pelo Senado", disse Castro.

A expectativa é de que até segunda-feira sejam colhidas ao menos as 27 assinaturas obrigatórias de senadores para que o texto possa ser enviado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, uma vez aprovado, vá para o plenário da Casa. "Queremos aprovar antes de findar o mês de novembro", disse.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ), senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou que a proposta "vai ser construída a várias mãos". "Cada um sai daqui com um dever de casa. Isso é uma construção política", disse Alcolumbre. Já Alckmin disse que "a recepção foi muito boa" e que o clima é favorável à aprovação do texto até a data limite de 17 de dezembro. ●

ECONOMISTAS DO GRUPO DE TRANSIÇÃO FICAM FORA DE DEBATE SOBRE PEC. PÁG. 82

TRANSIÇÃO Gastos públicos

Economistas do grupo de transição ficam fora de debate sobre PEC

Integrante da equipe, Guilherme Mello disse que proposta 'era com o Senado'; senador do PT minimiza ausência de especialistas

ADRIANA FERNANDES
LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

Escolhidos para trabalhar no grupo de economia na transição, André Lara Resende, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Pérsio Arida ficaram de fora das negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição apresentada ontem, ao Congresso, pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin.

Eles foram "aconselhados" a ficar de fora da discussão. Essa sinalização ficou clara quando Guilherme Mello chegou ontem cedo ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do gabinete de transição em Brasília, e disse que a "PEC era com o Senado".

O senador eleito Wellington Dias (PT-PI), destacado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para cuidar da articulação política da PEC, admitiu que os economistas estão apartados das conversas sobre o assunto, mas minimizou a ausência deles. "A missão do grupo de trabalho da economia é mais abrangente", disse

ele, ao Estadão.

Uma reunião de forma virtual do grupo estava marcada para ontem, antes da entrega da PEC ao Congresso, mas não ocorreu. Os quatro não têm dado entrevistas sobre o assunto nem participado das reuniões para debater o texto. A reportagem apurou que as questões apontadas por eles sobre a PEC não serão absorvidas.

A ausência da participação dos economistas na discussão da PEC segue incomodando os investidores, contribuindo para a piora de preços de ativos no

Reação Mercado tem cobrado de Lula a apresentação de novas regras para o controle de gastos

mercado. Quando o quarteto foi anunciado, a expectativa era de que participasse das negociações. Daí, a frustração de agora.

REGRA FISCAL. Também não foi bem recebida a fala de Alckmin de que a "âncora fiscal" será debatida mais à frente – ou seja, a definição de uma nova regra fiscal vai ficar para 2023. Ele acrescentou que o novo governo vai trabalhar pela responsabilidade fiscal, mas os agentes econômicos querem ver os planos da equipe de Lula para garantir a sustentabilidade da dívida no

médio e longo prazo.

"É muito impressionante que a opinião da área econômica seja irrelevante para discutir um volume de gastos que pode representar 83% da economia da reforma da Previdência com um gasto de R\$ 175 bilhões (por ano)", criticou o ex-secretário do Tesouro Jefferson Birtencourt, economista da gestora ASA Investments, antes de conhecer os detalhes da PEC. Ele lembra que a reforma previdenciária pretendia economizar entre R\$ 800 bilhões e R\$ 850 bilhões em dez anos.

Pelos seus cálculos, sem que haja um aumento considerável da carga tributária e adotando um cenário relativamente otimista, a dívida bruta ao fim do mandato de Lula estaria em cerca de 89% do PIB, ante estimativa de terminar em 75% neste ano.

"É incrível que, mesmo com vários especialistas alertando o novo governo para não cometer o erro do Reino Unido, essa transição está parecida em vários aspectos. A última é essa ausência do quarteto de economistas na discussão da PEC", avaliou o economista-chefe da BlueLine, Fábio Akira. "Tirar os técnicos da discussão foi malvisto no Reino Unido e está pegando muito mal no Brasil", disse. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2